

Chapter Title: Formas Históricas de Problematização

Book Title: As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault

Book Author(s): Vera Portocarrero

Published by: SciELO — Editora FIOCRUZ. (2009)

Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575414101.4>

JSTOR is a not-for-profit service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content in a trusted digital archive. We use information technology and tools to increase productivity and facilitate new forms of scholarship. For more information about JSTOR, please contact support@jstor.org.

Your use of the JSTOR archive indicates your acceptance of the Terms & Conditions of Use, available at <https://about.jstor.org/terms>



This book is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC BY 4.0). To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.



JSTOR

SciELO — Editora FIOCRUZ is collaborating with JSTOR to digitize, preserve and extend access to *As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault*

PARTE I
FILOSOFIA, HISTÓRIA E CIÊNCIAS DA VIDA

A história do pensamento é a análise do modo pelo qual um campo não problemático da experiência torna-se um problema, suscita discussões e debate, incita novas reações e induz crises em comportamentos, hábitos, práticas e instituições antes silenciosos.

Foucault (2001b)

I

Formas Históricas de Problematização

A problematização dos aspectos fundamentais, que constituem aquilo que se compreende por ciências da vida e suas formas de intervenção em nossa sociedade, tem, hoje, como ponto de partida, a necessidade de repensar o otimismo depositado nas ciências, nos últimos séculos, a partir do ideal moderno de objetividade e neutralidade de conhecimento, cujo aperfeiçoamento promoveria o bem-estar social.¹⁷

A ciência é uma questão que preocupa cientistas e outros intelectuais, apresentando-se, atualmente, não mais apenas como adjuvante lógico e experimental da saúde e da razão, mas como risco e fonte de patologia e mortalidade. Não se discutem mais as revoluções científicas restringindo-se a seu caráter lógico e metodológico. Impõem-se a pesquisa da evolução das ciências, de suas origens, de suas crises assim como a denúncia de seu caráter de violência e de dominação, que delimita novas formas de preocupação com os saberes científicos e suas práticas. A noção de historicidade da racionalidade científica conduz a filosofia das ciências a diferentes abordagens de perspectiva histórica, nas quais se eliminam as concepções de verdade universal e de unidade e de generalidade do método, separando-se regiões de cientificidade, como a região das ciências da natureza, a da vida e a do homem, cada uma apresentando sua especificidade.

¹⁷ Cumpre lembrar que desde Comte, no século XIX, a questão da ciência não é conduzida exclusivamente pelas análises dos processos cognitivos. Comte (1978) opera um deslocamento para uma filosofia fundada na história da ciência e sua relação intrínseca com o progresso da sociedade e da humanidade. Ele compreende a ciência como uma teoria que progride, no sentido de uma unidade geral, para uma verdade finalmente positiva, sendo sua gênese racional e psicossociológica.

As reflexões sobre as ciências conduzidas pelas vertentes que as consideram em sua historicidade, como as epistemologias desenvolvidas no século XX, são avessas ao dogmatismo unitário, metodológico e teleológico da análise de Comte, aprofundando as diferenças entre as histórias críticas das ciências: as que dirigem a análise à racionalidade científica¹⁸ e as que dirigem os estudos da ciência às explicações sociais, pressupondo que o caráter real da ciência situa-se para além de seu campo de investigação, isto é, de seu conteúdo.¹⁹ O desafio é escapar de um possível reducionismo ao internalismo ou ao externalismo.

Estas duas diferentes formas de pensar as ciências – internalismo e externalismo – recaem numa impossibilidade de diálogo. Para a primeira, não será possível fazer história da ciência, sem se considerarem os elementos propriamente científicos; ao passo que, para a externalista, o mais importante é explicitar a produção científica pelos seus componentes sociais, sem os quais o trabalho do historiador parecerá absurdo. Deste modo, tanto num caso como no outro, a ciência é analisada a partir de uma ruptura entre a comunidade e os conteúdos do conhecimento, de uma redução do social ao exterior das atividades cognitivas. Para pensadores como Canguilhem e Latour, a distinção entre internalismo e externalismo é considerada pouco produtiva e deve ser substituída por uma reflexão sobre as condições históricas da formação destas duas categorias – sua genealogia – com o objetivo de ultrapassar a própria dicotomia.

A partir do século XX, estabelecem-se novas análises da constituição das ciências em termos de condições externas de possibilidade que enfocam as relações entre seu caráter de saber e seu caráter de práticas experimentais, sociais, políticas e econômicas. Ao serem enfatizadas tais relações, as ciências são tomadas como relações de forças que operam em nossa sociedade, consideradas como investidas de responsabilidade política, consideradas como importantes formas de poder que incidem sobre a vida dos indivíduos e das populações e objetivam formas de subjetividade e de natureza.

A epistemologia já não é mais o espaço exclusivo da análise da racionalidade e da linguagem, mas está inteiramente imbricada com as questões ético-políticas. Cada vez mais, busca-se superar as dicotomias sobre as quais se funda o cientificismo, tais como conhecimento e política, ciência e sociedade,

¹⁸ Representadas, por exemplo, por Gaston Bachelard, Alexandre Koyré e Georges Canguilhem.

¹⁹ Representadas por Karl Popper e Thomas Kuhn (este último notadamente inspirado em Koyré e Fleck), por exemplo.

teoria e prática, razão e poder, sujeito e objeto, conhecimento e experiência, fato objetivo e sua descrição científica através da representação, dicotomias discutidas ou pressupostas nas teorias do conhecimento²⁰ e epistemologias clássicas.

A noção de ato epistemológico não corresponde mais, necessária ou exclusivamente, ao racionalismo clássico, pois a ciência é compreendida como produção técnica de objetos científicos construídos a partir das transformações de fatos em artefatos que funcionam na prática.²¹ As ciências são discutidas do ponto de vista da insuficiência das oposições racionalismo e empirismo ou idealismo e realismo, com o objetivo de determinar as faculdades do sujeito, sua capacidade de produzir representações suscetíveis de objetividade e os limites do conhecimento possível. Esta discussão coloca novas formas de tratar a idéia de que o conhecimento científico é produzido, considerando-o ou bem uma produção *a priori*, na e pela razão, mesmo que se recorra à experiência empírica, ou bem uma produção a partir do dado empírico, mesmo que, num segundo momento, seja elaborado pela razão. O próprio conceito de sujeito de conhecimento dado previamente vem sendo questionado,²² e até mesmo a descrição científica dos fenômenos vem sendo considerada como um fenômeno histórico-cultural.

²⁰ As teorias do conhecimento clássicas pesquisam os processos de produção de conhecimento pelo sujeito cognoscitivo na tentativa de explicar a relação entre o sujeito que faz ciência, o objeto de conhecimento e o seu desvelar, a representação ou a produção da verdade científica – como o fizeram Descartes, por exemplo, numa perspectiva idealista e racionalista, ou Hume e Locke, numa perspectiva realista e empirista, ou, mais tarde, Kant, ao buscar as condições de possibilidade do verdadeiro conhecimento, atribuindo-as às categorias *a priori* do sujeito transcendental.

²¹ Observe-se, na região das ciências da natureza, a posição da epistemologia de Bachelard – racionalismo aplicado e materialismo técnico – ao rejeitar as análises baseadas num racionalismo que despreza a experiência ou que, como o próprio empirismo, termina por privilegiar a atitude racionalista. Sua crítica estende-se à noção, implícita ao racionalismo clássico dos filósofos, de que os princípios da razão são absolutos, *a priori*, e, por isso, determinantes do funcionamento da ciência (Bachelard, 1949).

²² Note-se a proposta de Foucault, inspirada em Nietzsche, de analisar o sujeito de conhecimento rejeitando a noção cartesiana de sujeito como fundamento já dado e que seria o ponto de origem a partir do qual o conhecimento é possível e a verdade aparece. Foucault propõe-se a estudar como se dá, ao longo da história, a constituição de um sujeito do conhecimento no interior mesmo da história, portanto de um sujeito que não pode ser considerado como uma unidade dada previamente ao ato do conhecimento, mas que é fundado pela história. Tal proposta constitui forte tendência do pensamento do século XX e vem sendo reforçada até nossos dias; ela objetiva mostrar como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos de conhecimento: “O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história” (Foucault, 1999: 8).

As tendências mais recentes desenvolvem a noção de ciência contingente e circunstancial, conferindo às ciências um estatuto semelhante a outras manifestações culturais. Às ciências, pode-se, portanto, atribuir um valor de comprometimento político, enquanto consideradas como fazendo parte de uma rede de relações de forças. Neste caso, analisam-se séries de fatores externos à sua constituição lógica. Enquanto fenômenos culturais, entende-se que as ciências são constituídas não só de práticas sociais, mas de práticas de laboratório que precisam ser analisadas através de observações sobre as atividades aí desenvolvidas, para integrar todos os aspectos do fazer ciência e compreender sua complexidade buscada na ação empírica, algumas vezes até mais do que nas idéias.²³ Trata-se, então, de pesquisar práticas locais, relacionando-as com os instrumentos, os materiais, os conceitos e o saber.

Constata-se, assim, que a concepção e o valor de ciência são surpreendentemente plurais. Vão desde sua compreensão como um sistema de conhecimento puramente teórico e neutro até a de ciência como prática política. No primeiro caso, à ciência atribui-se o valor de verdade objetiva, isenta de subjetividade e de interesses políticos – expressão máxima da razão positiva situada do lado do bem, das técnicas e dos remédios, continuamente salvadora – conforme ocorre tradicionalmente.

De acordo com a tradição, pode-se afirmar que se entende por ciência o conjunto das aquisições intelectuais das matemáticas e das disciplinas da investigação do dado natural e empírico, que podem ou não fazer uso das matemáticas, mas tendendo sempre à matematização. A ciência consiste, então, num conhecimento constituído por conceitos, juízos e raciocínios, obedecendo a regras lógicas de um conjunto ordenado de proposições, para alcançar, objetivamente, a verdade dos fatos, através da verificação experimental da adaptação das idéias aos mesmos.

Deste ponto de vista, os enunciados confirmados são considerados representações dos dados empíricos e são obtidos numa relação com a teoria, constituindo matéria prima da elaboração teórica e transcendendo os fatos para produzir novos fatos e explicá-los. A investigação científica não se limita, portanto, aos fatos observados, mas os seleciona, controla e reproduz. A experiência é racionalizada através de teorias, hipóteses e conceitos. As análises históricas e filosóficas das ciências devem-se constituir, então, de métodos capazes de analisar e julgar tais elementos.

²³ Cf. as análises das ciências de Latour realizadas a partir do estudo das práticas em laboratório (Latour, 1979, 1983, 1987, 1994, 2001).

Outra perspectiva de análise do conhecimento científico parte do pressuposto platônico que opõe *episteme* e *doxa*, ciência ou conhecimento verdadeiro e opinião ou conhecimento do senso comum. Tradicionalmente, a ciência é considerada o lugar da verdade por excelência por se fundar no *logos*, na razão, especificada a partir da ciência moderna pela exigência de objetividade e experimentação. Desta concepção resulta o projeto de investigação do modo como o conhecimento científico é alcançado através do abandono total do conhecimento da opinião, conforme propõe Bachelard (1989), ou por meio de um processo de purificação, como explica Popper (1972). Porém, frequentemente, este sentido é controvérsado e até considerado irrelevante para a filosofia da ciência. A concepção mais corrente e tradicionalmente aceita nem sempre é considerada a melhor e parece um dos pontos mais afastados do atual debate sobre a ciência.

Daí a importância da investigação de formas de problematização das ciências da vida a partir da questão “o que é ciência e em que consistem os procedimentos de análise de sua historicidade?”. Daí o interesse em traçar um perfil de algumas das formas que constituem uma base para a fundamentação do atual questionamento da vida e das ciências neste domínio de saber.

Para pesquisar as formas atuais de problematizar as ciências da vida e a vida, mostra-se necessário, antes de mais nada, descrever algumas modalidades de questionamento, complementares ou contraditórias entre si – epistemologia, arqueologia, genealogia, história multidisciplinar – que se tangenciam por seu caráter histórico e pelo privilégio da busca das descontinuidades históricas encontradas nos processos de produção científica. A hipótese aqui discutida é que, apesar de nem a natureza e o estatuto das descontinuidades históricas nem os níveis em que estas modalidades de análise se situam para tratá-las serem o mesmo, é possível traçar uma preocupação – até certo ponto homogênea – com o tema das ciências da vida.

É neste sentido que as questões dirigem-se à relação que se estabelece, na região das ciências da vida, entre a metodologia histórico-filosófica e as ciências em termos de objeto, objetividade, interdisciplinaridade, verdade, prática e relações de forças. Georges Canguilhem, Michel Foucault, Michel Serres (1992), François Jacob (1983), Bruno Latour, Claire Salomont-Bayet (1986) são emblemáticos desta forma de preocupação originada no século XX.

